

TRADUÇÕES

A relação da vontade com a inteligência e com a sensibilidade, em todos os atos ou estados moralmente corretos ou errados

MAHAN, A. Relation of the will to intelligence and sensibility, in all acts or states, morally right or wrong. *In: MAHAN, A. Doctrine of the will*. Gillet: Oberlin, 1845. p. 156-168.

Silvério Becker

<http://orcid.org/0000-0002-3449-4876> - E-mail: silveriobecker@yahoo.com
(Tradutor)

O presente texto é a tradução do décimo primeiro capítulo da obra *Doctrine of the Will* (Doutrina da Vontade), de Asa Mahan, publicado originalmente em 1945. Nele, Mahan apresenta o modo como entendia a relação da Vontade com a Inteligência e com a Sensibilidade dos agentes morais, no que diz respeito à moralidade de suas ações. Nesse contexto, ele defende que a Vontade mantém uma relação tal com essas outras faculdades da mente humana que ela precisa render-se a uma delas, isto é, em todas as ações morais (ações livres) a Vontade sempre está em harmonia com a Inteligência, ou em harmonia com a Sensibilidade.

Para Mahan, o correto e o errado, no que concerne às ações livres, não está na forma exterior das ações, mas na sua fonte, isto é, na intenção que as origina. Assim, ele defende uma unidade da ação moral, ou seja, defende que os agentes morais agem corretamente, ou agem errado, sem um meio termo. Conforme Mahan, esse é o princípio da filosofia moral apresentado pela razão, e também um princípio da teologia, apresentado pela Revelação. De acordo com esse princípio, a lei moral exige a dedicação de todos os poderes voluntários dos agentes morais à promoção, no mais elevado grau, do maior bem universal, como um fim último de suas ações, havendo, assim, uma identidade de caráter entre todos os agentes morais que agem corretamente.

No texto a seguir, Mahan esclarece que os exercícios morais, ou estados voluntários da mente, não consistem em estados excitados da Sensibilidade ou em algum tipo de emoção, mas ao contrário, se caracterizam por um estado ativo da Vontade, que sempre escolhe ou re-

jeita aquilo que o agente moral sabe que é correto ou que é errado. A sujeição voluntária aos impulsos da Sensibilidade, sem consideração pela obrigação moral é o que caracteriza o egoísmo, e este comprehende todas as formas de vício, enquanto a benevolência comprehende todas as formas de virtude. Asa Mahan defende, ainda, que o egoísmo não consiste na dedicação suprema aos próprios interesses ou à felicidade própria, e busca refutar proposições em contrário. Em meio a isso, ele se mantém kantiano, defendendo o mesmo princípio apresentado e defendido por Immanuel Kant, como sendo o princípio da moralidade. De acordo com ele, os agentes morais devem obedecer à lei moral por respeito e consideração pela ideia de dever¹.

A relação da vontade com a inteligência e com a sensibilidade, em todos os atos ou estados moralmente corretos ou errados²

Asa Mahan

A Vontade, mantendo a relação que ela mantém com a Inteligência e com a Sensibilidade, precisa render-se ao controle de um ou de outro desses departamentos de nossa natureza. Em todos os atos e estados moralmente corretos, a Vontade está em harmonia com a Inteligência, por respeito à obrigação moral ou dever; e todos os desejos e propensões, todos os impulsos da Sensibilidade, são mantidos em subordinação estrita. Em todos os atos moralmente errados, a Vontade é controlada pela Sensibilidade, independentemente dos ditames da Inteligência. O impulso e não a consideração pelo justo, o correto, o verdadeiro, e o bom, é a lei de sua ação. Em todos esses últimos casos os impulsos que controlam a Vontade são vários, e as formas externas, através das quais os atos internos, ou intenções, se manifestarão, serão igualmente diversificados. Ainda assim, a origem da ação é em todos os casos uma e a mesma, o impulso ao invés do respeito pelo dever. A virtude não consiste em ser controlado por impulsos *amáveis* ao invés de impulsos *dissociais e malignos*, e em uma consequente aparência de uma correspondente beleza e amabilidade. Ela consiste em uma harmonia voluntária da intenção com o justo, o correto, o verdadeiro, e o bom, por um respeito sagrado à obrigação moral, ao invés de ser controlado por meros impulsos de algum tipo, qualquer que sejam. Sobre o princípio acima ilustrado, eu comento:

Como são distinguidos aqueles que são verdadeiramente virtuosos daqueles que não são

1. Que a verdadeira distinção entre aqueles que são verdadeiramente virtuosos, e aqueles que não são, agora se torna perceptível. Ela não consiste, em todos os casos, na mera *forma* exterior da ação, mas na *fonte* ou *intenção* da qual todas as ações procedem. Na maioria das pessoas, e em todas as diferentes épocas, as propensões amistosas e sociais predominam sobre as dissociais e malignas. Consequentemente, grande parte do aparente é caracterizado por muito do que é verdadeiramente belo e amável. Em muitos, também, o poder impulsivo da

¹ Essa ideia foi apresentada por Kant da seguinte forma: "o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei [moral]" (KANT, 2009, p. 127).

² *Relation of the Will to the Intelligence and Sensibility, in All Acts or States, Morally Right or Wrong* é o décimo primeiro capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845 (Cf. MAHAN, 1845, p. 156-168).

consciência – aquele departamento da Sensibilidade que é correlato à ideia de certo e errado, e impele à obediência à lei moral – está fortemente desenvolvido, e consequentemente, pode assumir o controle da Vontade. Em todos esses casos, existirão as formas externas da virtude verdadeira. Contudo, uma coisa é revestir o exterior de virtude por mero impulso, e inteiramente outra, é fazer a mesma coisa por um respeito e uma consideração sagrada pelo dever.

Quantos indivíduos que podem estar agora mostrando as mais corretas formas de virtude, não encontrarão dentro deles, tão logo os impulsos presentes forem suplantados pela forte ação de outros, em oposição à retidão, nenhuma máxima da Vontade, em harmonia com a lei da bondade, para resistir e sujeitar tais impulsos. Sua conduta está em conformidade com os requerimentos da virtude, não por alguma intenção interna estar em harmonia universal com a obrigação moral, mas simplesmente porque, naquele momento ocorre que o impulso mais forte está nessa direção. Nenhum indivíduo, isto deve ser mantido sempre em mente, faz qualquer aproximação à virtude real, qualquer que sejam os impulsos pelos quais ele possa ser controlado, até que por um ato conclusivo de eleição moral, a Vontade seja colocada em harmonia com a lei universal do dever, e todas as ações externas de caráter moral, que procedem dessa intenção interna totalmente controladora. Aqui nós encontramos a distinção geral e fundamental entre aqueles que são verdadeiramente virtuosos, e aqueles que não são.

Egoísmo e benevolência

2. Nós também estamos preparados para explicar a real diferença entre *Egoísmo* e *Benevolência*. A última expressa e comprehende todas as formas de virtude de todo tipo e grau. O primeiro comprehende e expressa as formas de vício ou pecado. A Benevolência consiste em harmonia total da Vontade ou intenção com o justo, o reto, o verdadeiro, e o bom, por consideração à obrigação moral. O egoísmo consiste em uma sujeição voluntária ao *impulso*, sem consideração por tal obrigação. Toda vez que a autogratificação é a lei da ação, existe o puro egoísmo, qualquer que possa ser o caráter ou a direção do impulso. O egoísmo, algumas vezes, tem sido definido muito incorretamente, como uma consideração suprema aos próprios interesses ou felicidade. Se essa é uma definição correta, o beberão não é egoísta de forma alguma; pois ele sacrifica sua felicidade, presente e futura, para gratificar um apetite bestial, e no ato de autogratificação destrói a paz presente. Entretanto, se o egoísmo consiste em mera sujeição ao impulso, quão supremo seu egoísmo se mostra! Uma mãe que não age por obrigação moral, quando sob a forte influência da afeição material, mostra-se muito distinta em seu cuidado assíduo com sua prole. Agora, deixe sua afeição ser verificada por uma questão clara de dever, de modo que ela precise violar o último, ou sujeitar a primeira, e rapidamente o egoísmo manifestar-se-á, no triunfo do impulso sobre o dever! Um presente não é mais eficaz em fechar os olhos, que a afeição natural não controlada pela consideração à obrigação moral. Os homens são tão egoístas, isto é, tão sujeitos à lei da autogratificação, quando sob a influência de propensões sociais e amáveis, quanto quando sob aquelas dissociáveis e malignas, quando, igualmente em ambos os casos, o impulso é a lei da ação. Os agentes morais foram feitos, e são queridos a ser, sociais e amáveis, por princípios mais elevados do que meros impulsos.

Um erro comum

3. Eu apresento um erro de fundamental importância no qual muitos parecem ter caído, no julgamento do caráter moral dos indivíduos. Como nós temos visto, quando a Vontade é

totalmente controlada pela Sensibilidade independentemente da obrigação moral, o departamento impulsivo da consciência se torna, entre as outras propensões, o controlador da ação do poder voluntário. Porque em todos os casos, existem as formas exteriores de virtude, junto com uma aparentemente sincera consideração interna pela mesma, a presença da virtude real é consequentemente inferida. Ora, antes que uma conclusão assim possa ser autorizada, uma questão precisa ser determinada: a fonte da qual essa aparente virtude se origina. Ela pode surgir daquela consideração pela lei moral que constitui a virtude real, ou ela pode ser puramente o resultado da Sensibilidade excitada que, em tais casos, ocorre estar em direção das formas da virtude.

Formas de virtude defeituosas

4. Outro erro muito frequente relacionado ao caráter moral merece uma rápida observação aqui. Os homens, algumas vezes, manifestam, e sem dúvidas com uma consciência de sinceridade interna, uma consideração muito grande por um ou mais princípios particulares de virtude, enquanto eles manifestam um igual desprezo por todos os outros princípios. Toda reforma verdadeira, por exemplo, tem suas bases em algum grande princípio da moralidade. Os homens frequentemente advogam, com grande zelo, essas reformas, juntamente com o princípio no qual elas se apoiam. Quando chamados a defender esse princípio, eles falam de virtude, de uma consideração pela obrigação moral, juntamente com a necessidade de sacrifício próprio no santuário do dever, como se o respeito pela retidão universal comandasse todos os poderes do seu ser. No entanto, uma simples observação evidenciará muito claramente, que sua consideração pelo reto, o verdadeiro, e o bom, está totalmente circunscrita a um único princípio. Ainda assim, tais pessoas são muito suscetíveis a considerarem a si mesmas como virtuosas em um grau muito elevado. Na realidade, contudo, elas não fizeram nem a primeira aproximação à virtude real. Seu respeito por esse único princípio, juntamente com suas aplicações específicas, tem sua fonte em algum outro departamento de sua natureza, não em uma consideração pelo que é reto em si mesmo. De outro modo seu respeito pelo que é reto seria coexistente com toda a extensão da obrigação moral.

Teste de conformidade com o princípio moral

Nos capítulos precedentes, foi inteiramente estabelecida a grande verdade, que a Lei Moral endereça seus comandos e proibições somente à Vontade, e que a lei moral é predicada somente da ação do poder voluntário, sendo requeridos outros estados, somente na medida que sua existência e caráter são condicionados ao reto exercício desse poder. Disso se segue, inevitavelmente, que a Lei Moral, em toda a extensão e amplitude de seus requerimentos, encontra seu inteiro cumprimento na esfera da Vontade. Uma questão de grande importância apresenta-se aqui: por qual teste nós podemos determinar se a Vontade está, ou não está, em total harmonia com a lei? Na investigação dessa questão, talvez se possa pensar que nós estamos introduzindo algo no domínio da Filosofia Moral. Contudo, razões de grande importância, no julgamento deste escritor, demandam sua introdução aqui.

A Lei Moral é apresentada para nós através de dois preceitos abrangentes. Porém, uma reflexão momentânea convencer-nos-á que ambos esses preceitos tem sua base em um único princípio comum, e são, na realidade, a enunciação daquele princípio único. A mesma razão pela qual somos obrigados a amar a Deus com todo o coração, requer que amemos nosso pró-

ximo como a nós mesmos. Assim o assunto é apresentado pelo nosso Salvador. Depois de falar do primeiro e grande mandamento, Ele adiciona, "o segundo é semelhante a ele,"³ isto é, ele se apoia sobre o mesmo princípio que o primeiro.

Agora, a questão é: qual é o grande princípio, cuja obediência implica o cumprimento total de toda a obrigação, real ou concebível; o princípio que compreende todos os outros princípios da Lei Moral, e do qual cada preceito particular é apenas a enunciação desse único princípio comum em suas aplicações infinitamente diversificadas? Esse princípio tem sido anunciado de formas um tanto diferentes, por diferentes filósofos. Apresentarei duas ou três dessas formas. A primeira que eu apresento é esta:

A intenção real de todo agente moral deve ser estimar e tratar todas as pessoas, interesses, e objetos, de acordo com sua importância intrínseca e relativa percebida, e por seu valor intrínseco, ou em obediência a ideia de dever, ou obrigação moral.

Qualquer um aprenderá, facilmente, que o que foi dito acima é a enunciação correta do princípio sob consideração. Ele expressa a razão fundamental pela qual a obediência a cada e a todo princípio moral é obrigatória para nós. A razão, e a única razão pela qual nós somos obrigados a amar a Deus com *todo o coração*, é a importância intrínseca e relativa do objeto apresentado à mente na contemplação do Infinito e Perfeito. A razão pela qual somos obrigados a amar nosso próximo como a nós mesmos, é o fato, que seus direitos e interesses são apreendidos, como de mesmo valor e sacralidade que os nossos. Na intenção sob consideração, toda obrigação, real e concebível, está realmente cumprida. Deus ocupará seu lugar apropriado no coração, e a criatura o seu. Nenhum direito real ou interesse será subestimado e cada um receberá intencionalmente aquela atenção e consideração que sua importância intrínseca e relativa demanda. Todo agente moral está sob a infinita obrigação de estar sempre sob o controle supremo dessa intenção, e nenhum desses agentes pode estar sob a obrigação de ser ou de fazer algo a mais que isso.

O mesmo princípio foi anunciado em uma forma um pouco diferente por Kant, a saber: "Aja de maneira que a máxima da tua Vontade (intenção) possa se tornar lei em um sistema de obrigação moral universal"⁴ – isto é, faça com que a sua intenção controladora seja sempre tal, que todos os seres Inteligentes possam, apropriadamente, serem requeridos a estar sempre sob o controle supremo da mesma intenção.

O mesmo princípio é anunciado por Cousin assim: "O princípio moral sendo universal, o sinal, o tipo externo pelo qual uma resolução pode ser reconhecida como conformada a este princípio, é a impossibilidade de não erigir o motivo imediato (a intenção) do ato ou resolução particular, em uma máxima de legislação universal"⁵ – isto é, nós não podemos deixar de afirmar que todo agente moral existente é obrigado a agir a partir do mesmo motivo ou intenção.

Será prontamente percebido, que cada uma dessas formas é realmente idêntica com aquela anunciada e ilustrada acima. É somente quando estamos conscientes do supremo controle da intenção, de estimar e tratar todas as pessoas e interesses de acordo com sua importância intrínseca e relativa, por respeito a ideia de dever, que, em conformidade com o princípio anunciado por Kant, a máxima da nossa Vontade pode se tornar lei em um sistema de legislação universal. Quando estamos conscientes do controle de tal intenção, é-nos impossível não afirmar, de acordo com o princípio, como anunciado por Cousin, que todos os seres Inteligentes

³ (Mt 22:35-40; Mc 12:28-31). Conferir em: *A Bíblia Sagrada*. Várias versões em português (Nota do Tradutor).

⁴ (KANT, 2009, p 215) (Nota do Tradutor).

⁵ (COUSIN, 1842, p 430).

estão sempre obrigados a estar sob o controle da mesma intenção. Duas ou três sugestões encerrarão o que eu tenho a dizer sobre esse ponto.

Um erro comum

1. Mostramos o erro fundamental de muitos filósofos e clérigos ao tratar dos exercícios morais, ou estados da mente. Tais exercícios, muito comumente, são apresentados como consistindo totalmente em estados excitados da Sensibilidade. Assim o Dr. Brown representa todos os exercícios e estados morais como consistindo em emoções de um determinado caráter. Um dos mais distintos Professores de Teologia deste país colocou essa proposição, como a base de um curso de aulas sobre Filosofia Moral: “todo o certo ou errado em um agente moral, consiste exclusivamente em *sentimentos certos ou errados*” – sentimentos distintos das volições como fenômenos da Vontade. Ora, precisamente o inverso da proposição acima é verdadeiro, a saber: que *nada* que é certo ou errado, em um agente moral, consiste em algum estado da Sensibilidade independente da ação da Vontade. Quem ousaria dizer, quando ele tem emoções específicas, desejos, ou sentimentos involuntários, que a Lei Moral não tem mais exigências sobre ele, que todos as suas demandas são inteiramente cumpridas nesses sentimentos? Quem ousaria afirmar, quando ele tem algumas emoções específicas, que todos os agentes morais que existem são obrigados a ter sentimentos idênticos àqueles? Se as demandas da Lei Moral são totalmente cumpridas em alguns estados da Sensibilidade – o que seria verdadeiro, se todo o correto ou errado, nos agentes morais, consistisse de sentimentos corretos ou errados – então todos os agentes morais, em todas os momentos, e sob todas as circunstâncias, seriam obrigados a ter esses mesmos sentimentos. Aquilo que a lei demanda, em um momento, ela demanda em todos os momentos. Todos os fundamentos da obrigação moral são deixados de lado pela teoria sob consideração.

O amor conforme requerido pela lei moral

2. Agora estamos preparados para expor claramente a *natureza* daquele *amor* que é o “cumprimento da lei.” Ele não consiste, como todos admitem, em meros atos externos. Nem consiste, por razões igualmente óbvias e universalmente admitidas, em quaisquer meras *convicções* da Inteligência. Pelas razões cima assinaladas, ele não consiste em algum estado da Sensibilidade. Nenhum homem, quando ele está consciente de tais sentimentos, pode afirmar que todos os seres Inteligentes são obrigados, sob quaisquer circunstâncias, a terem o mesmo sentimento que ele tem nesse momento. Isso seria verdade, se o amor sob consideração consistisse nesses sentimentos. Mas quando, por uma consideração pela ideia de dever, todo o ser é voluntariamente consagrado a promoção, no mais elevado grau, do bem universal, e quando, na busca desse fim, existe uma intenção real de estimar e tratar todos os seres e interesses de acordo com sua importância intrínseca e relativa; aí está o amor que é o cumprimento da lei. Aí está a intenção pela qual todos os seres inteligentes, em relação a todos os interesses e objetos, são, em todos os tempos, obrigados a serem controlados, e que precisa ser imposta, como lei universal, sobre esses seres Inteligentes em todo sistema correto de obrigação moral. Aí está a intenção, no exercício da qual toda a obrigação é plenamente cumprida. Aí, consequentemente, está aquele amor que é o cumprimento da lei. Em um capítulo subsequente, meu desígnio é mostrar que essa é a visão do assunto apresentada nas Escrituras da verdade. Por agora eu apresento isto meramente como uma verdade necessária da Inteligência universal.

Identidade de caráter entre todos os seres moralmente virtuosos

3. Nós agora percebemos claramente em que consiste a autêntica identidade de caráter moral, em todos os seres inteligentes de verdadeira retidão moral. Suas ocupações, formas de comportamento externas, seus sentimentos e convicções internas, podem ser infinitamente diversificadas. Ainda assim uma intenção onipresente, totalmente controladora, uma intenção que é sempre uma e idêntica, direciona todos os movimentos morais. Esta é a intenção de, na promoção do maior bem do ser universal, estimar e tratar todas as pessoas e interesses de acordo com sua importância intrínseca e relativa, por consideração a obrigação moral. Assim, a virtude, em todos os Seres Inteligentes que a possuem, é perfeitamente única e idêntica. Neste sentido, somente os agentes morais são capazes de possuir perfeita identidade de caráter. Eles podem não ter, em todos os momentos, ou talvez em nenhum momento, precisamente os mesmos pensamentos e sentimentos. Mas todos eles podem ter, em todos os momentos, uma e a mesma intenção. O controle e a influência onipresente da intenção acima ilustrada, constitui uma identidade perfeita de caráter em Deus e em todos os seres existentes moralmente puros. Por essa razão, o controle supremo desta intenção implica, igualmente em todos os agentes morais, o perfeito cumprimento da lei, uma consumação de toda obrigação, de qualquer tipo.

Referências

Bíblia Sagrada. Várias versões em português.

COUSIN, V. *Elements of Psychology*: included in critical examination of Locke's essay on the human understanding, an in additional pieces. 3 ed. Trad. Caleb S. Henry. New York: Dayton e Saxton, 1842. p 430.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Ed. bilíngue. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial; Barcarolla, 2009.

MAHAN, A. Relation of the will to the intelligence and sensibility, in all acts or states, morally right or wrong. In: MAHAN, A. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845.

Sobre o tradutor

Silvério Becker

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em: 25/06/2024
Aprovado em: 10/09/2024

Received: 06/25/2024
Approved: 09/10/2024